



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 16 – Ano VIII – 10/2019
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO DESIGN UNIVERSAL

Deosimar Antonio Damasio
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, Brasil
Diretor do Programa de Pós-graduação da Rede de Ensino JK de Brasília.
E-mail: deosimar@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4584387884495982>

Prof^a. Dr^a. Amaralina Miranda de Souza
Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de Educación à
Distancia - UNED, Espanha.
Professora do Departamento de Teoria de Fundamentos e do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UNB - Brasil.
E-mail: amara@unb.br
<http://lattes.cnpq.br/5595005732450701>

Resumo: Este artigo expressa parte dos estudos realizados no âmbito da disciplina Tecnologias Interativas e Assistiva na Educação e se propõe a discutir os relacionamentos existentes entre a Educação Especial, a Educação Inclusiva e o Desenho Universal Aplicado à Educação (DUA), buscando promover uma síntese entre a filosofia e valores da educação inclusiva com as práticas e procedimentos da educação especial, sem a pretensão de esgotar a discussão sobre a temática. A perspectiva é despertar para a necessidade de uma nova abordagem educacional para uma Educação Especial Inclusiva que elimine as barreiras que impedem o desenvolvimento das atividades docentes em uma escola Inclusiva. Com isso permitir que todos os professores possam incorporar novas metodologias, tecnologias e processos que facilitem a prática educativa, possibilitando que os alunos tenham autonomia e liberdade de adotarem seus diferenciais educativos de uma forma mais personalizada, para favorecer o processo de aprendizagem e atingirem seus objetivos de formação.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Desenho Universal, Escola Especial, Escola Inclusiva.

Introdução:

Sabemos que existe uma relação inegável entre a concepção epistemológica subjacente a forma de conhecimento que a educação abrange e valoriza e o currículo que dela emerge. Ou seja, a concepção epistemológica acaba por determinar, ou no mínimo influenciar fortemente, a maneira pela qual a educação é entendida e desenvolvida.

Neste sentido, a forma como concebemos a essência da identidade humana reflete diretamente a forma como concebemos o conhecimento, e estes, conseqüentemente, acabam por definir os modos subsequentes de educação que consideramos mais adequados para facilitar o desenvolvimento humano.

Se adotamos uma epistemologia racionalista do mundo - que é, em resumo, a visão filosófica que assume que a experiência dada pelos sentidos é insuficiente para que nossa razão possa atingir o conhecimento e que a razão é capaz de atingir a verdade absoluta, pois as suas leis são também as mesmas leis que regem os objetos do conhecimento -, implica em adotarmos um modelo de educação direcionado para o desenvolvimento da razão.

Por outro lado, se adotamos uma epistemologia empirista - que é, em resumo, a visão filosófica de que todo conhecimento provém unicamente da experiência que pode ser captada do mundo externo, pelos sentidos, ou do mundo subjetivo, pela introspecção -, implica na adoção de modelos de educação mais instrumentalistas e orientados para uma pedagogia mais direcionada para práticas.

Ou seja, nossas escolhas epistemológicas irão definir os objetivos e as metas centrais da educação que, por sua vez definem o currículo e as abordagens pedagógicas mais eficazes e eficientes para se atingir essas metas e objetivos.

Podemos então afirmar, que existe uma relação complexa entre o estabelecimento de metas e objetivos educacionais (subjacentes a uma escolha epistemológica) e os direcionamentos delas decorrentes nas atividades práticas da sala de aula. Esta relação está diretamente vinculada a questões como a filosofia da aprendizagem, a definição de competências, a relação interpessoal entre professor e aluno e, em última análise, na concepção de indivíduo que se adotará na relação entre a escola e seus alunos.

Há uma questão fundamental subjacente a essa teia de relações: a forma epistemológica de conhecimento que a educação adota, abrange o currículo em sua totalidade e determina a maneira pela qual a educação é entendida e desenvolvida.

É por isto que é fundamental que desde o início a escola e seus operadores devem de pronto, definir sua visão de mundo, a forma como entendem que o conhecimento é constituído e de como o indivíduo é tratado nesta relação, pois somente com o conhecimento prévio deste posicionamento, as famílias podem avaliar o papel da escola na constituição dos indivíduos e fazerem suas escolhas de forma consciente por uma ou outra escola onde irão colocar seus filhos.

É neste pano de fundo que colocamos a discussão do papel de uma escola inclusiva e das escolhas metodológicas que emergem na adoção do design universal.

Educação especial

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos que apresentam necessidades educacionais especiais no campo da aprendizagem, originadas por uma grande multiplicidade de fatores que determinam seja uma deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, quer seja de outras características como as altas habilidades-superdotação ou talentos e outros transtornos, o autismo e as diversas síndromes que determinam um funcionamento geral singular.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - trata, especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial, definindo-a como uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais”

Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio colocados à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

A educação especial envolve o fornecimento e monitoramento de um conjunto especialmente projetado e coordenado de práticas de ensino e avaliação abrangentes, baseadas em pesquisa, e serviços relacionados a alunos com

dificuldades de aprendizagem, comportamentais, emocionais, físicas, de saúde ou sensoriais. Estas práticas e serviços instrucionais são adaptados para identificar e abordar as forças e desafios individuais dos alunos; para melhorar o seu desenvolvimento educacional, social, comportamental e físico; e promover a equidade e o acesso a todos os aspectos da escolaridade, da comunidade e da sociedade.

Tradicionalmente esta modalidade de ensino é ofertada em escolas especialmente projetadas para o atendimento de crianças com NEE, as chamadas Escolas Especiais. Nos anos recentes, com o desenvolvimento de ações de inclusão social no plano das ações políticas do estado brasileiro, passou a existir um amplo movimento social para que as ações da educação especial se desenvolvessem dentro das escolas regulares.

Educação inclusiva

O que seria então uma educação que atenda a este pressuposto da inclusão, senão uma educação que una estado, estudantes, famílias, educadores e membros da comunidade para criar escolas com base na aceitação, pertencimento e comunidade, ou seja, uma escola para todos, uma escola inclusiva com uma educação inclusiva.

A educação inclusiva é um conceito multidimensional que inclui a celebração e valorização da diferença e diversidade e a consideração dos direitos humanos, questões de justiça social e equidade, bem como o modelo social da deficiência e um modelo sociopolítico de educação.

Conforme MANTOAN et al., 2010, p. 9 e 10),

“a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. [...] Para atender a todos e atender melhor, a escola atual tem de mudar, e a tarefa de mudar a escola exige trabalho em muitas frentes” (MANTOAN et al., 2010, p. 9 e 10).

A autora acrescenta ainda que,

as escolas inclusivas, portanto, propõem a constituição de um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em razão dessas necessidades. A inclusão gera uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola; mas apoia a todos: professores,

alunos e pessoal administrativo para que obtenham sucesso na escola convencional (SOUZA ET AL, 2004, p. 17)

O fato é que hoje a escola precisa lançar mão de estratégias e recursos diversos para que possa responder aos seus compromissos educacionais com todos os seus alunos, integrando novas formas de relacionamento, de comunicação, de construção de conhecimentos e novas possibilidades pedagógicas.

Ou seja, uma escola inclusiva, é uma escola que acolhe, reconhece, afirma e celebra o valor de todos os alunos, exigindo deles aquilo que eles podem dar e dando-lhes todas as condições necessárias e suficientes para que possam atingir os objetivos que são capazes, educando-os juntos em salas de aula de alta qualidade, adequadas às suas necessidades, e, de preferência, em seu próprio bairro: escolas inclusivas.

Os fundamentos do movimento da educação inclusiva foram estabelecidos pela celebração do Ano Internacional das Pessoas Deficientes das Nações Unidas em 1981, que se concentrou em promover a plena participação na sociedade de todas as pessoas com deficiência. Um marco importante no desenvolvimento da educação inclusiva foi a Declaração de Salamanca sobre educação para necessidades especiais (UNESCO, 1994), que recomendou que as crianças com deficiência devem ser educadas nas escolas regulares. Nos últimos 20 anos, o movimento em direção à “inclusão” de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em salas de aula de escolas regulares e ganhou força, e o termo “educação inclusiva” agora é tipicamente usado para se referir a essa compreensão

Portanto, ficou evidenciado que a educação inclusiva e a educação especial são baseadas em diferentes filosofias; foram desenvolvidas por diferentes razões e fornecem abordagens alternativas para a educação de crianças com NEE, desta forma, podemos afirmar que elas podem ser consideradas abordagens educacionais diametralmente opostas.

É claro, que a existência de abordagens conflitantes no que tange a educação de crianças NEE pode confundir os profissionais que atuam neste campo da educação, bem como os pais e gestores educacionais.

Por este motivo, nos parece muito relevante, estabelecer uma abordagem unificadora, que integre um conjunto de diretrizes teóricas, práticas e de pesquisas

neste setor, visando proporcionar uma educação eficaz para todas as crianças em contexto de uma escola pensada para todos, uma escola verdadeiramente inclusiva.

Educação especial ou escola inclusiva?

Com base em uma avaliação empírica bastante trivial, podemos constatar que não nascemos iguais. Isso é óbvio, basta dar uma simples olhada em uma multidão qualquer ou mesmo uma simples avaliação do ambiente ao nosso redor para se constatar este fato. Alguns autores ainda teimam em afirmar que “todos nascemos iguais”, mas isto é uma falácia que encobre a realidade e dificulta o reconhecimento de nossas diferenças. Nossas diferenças é que nos tornam seres únicos e, de certa forma, todos somos especiais.

Somos todos diferentes uns dos outros, entretanto, somos todos livres e iguais em dignidade e direitos (ou deveríamos ser) perante a lei. Isto está assegurado pela nossa constituição, no âmbito nacional, e pela Declaração dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, no âmbito internacional.

Uma sociedade fundada sobre estes pressupostos iguala os diferentes, sem, entretanto, destruir suas singularidades. Ela propõe uma sociedade justa, igualitária, mas, na qual o indivíduo seja respeitado e reconhecido diante de suas singularidades ou necessidade específicas. Uma sociedade diversa e plural, que assegure a existência do indivíduo quando a diferença os torna mais fraco e que lhe garante o direito de ser diferente quando a obrigação da igualdade viola sua individualidade e sua identidade.

É neste sentido que defendemos que os modelos que privilegiam as Escolas Especiais são discriminadores. Eles tratam os “diferentes” de forma diferente e os excluem do convívio social pleno. O ensino especial é, desde sua origem, um sistema que separa as crianças com deficiência, retirando-as do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares onde estudam todas as demais crianças.

Ao não promoverem o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças, estas escolas acabam por aprofundar o fosso existente entre elas, repetindo assim as práticas sociais antigas, nas quais os deficientes eram

segregados, escondidos da sociedade, marginalizados educacionalmente e socialmente, dificultando assim o aprendizado social de tolerância, respeito a diferenças e empatia com os outros.

Quando trazemos estudantes com necessidades educacionais específicas para dentro das salas de aulas tradicionais, podemos imediatamente notar, que as diferenças existentes entre os estudantes são apenas de grau, e não de essência: somos todos capazes, dentro de certas condições, de exercer nossa cidadania e nossa humanidade. O que nos diferencia é apenas e tão somente o tempo e, em alguns casos, o percurso necessário para se atingir uma determinada meta e objetivo. Notamos também que as escolas não estão preparadas para compreender as diferenças entre os indivíduos e dar o tratamento adequado a estas diferenças.

Fato é que ainda registramos a profunda dificuldade de se instituir uma sociedade que se baseie nos pressupostos constitucionais, e, apesar de existirem inúmeras leis nacionais e internacionais que caminham neste sentido, não há nenhuma garantia de que este ideal seja alcançado, pois tanto o estado, quanto os indivíduos, violam de forma sistemática os direitos mais básicos das pessoas, todos os dias. Falta-nos uma consciência coletiva e individual que garanta estes direitos. É preciso mais que as leis. Precisamos educar as pessoas no sentido de exercer e exigir que os outros cumpram este novo estatuto.

Conceituando desenho universal

O conceito de Desenho Universal esteve inicialmente ligado aos profissionais da área de arquitetura e estava associado com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes que pudessem ser amplamente utilizados por todos os tipos de usuário, sem necessidade de adaptação especial para todos os tipos de pessoas, independentemente de suas características pessoais, idades ou habilidades (BURGSTAHLER, 2012).

Os produtos derivados de desenho universal – ou produtos universais – contemplam uma larga variedade de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta de seus projetistas é que qualquer ambiente ou produto poderá ser obtido, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade.

O Desenho Universal não é uma tecnologia ou abordagem direcionada apenas aos que dele necessitam para garantir um determinado funcionamento: é desenhado para todas as pessoas. A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais exclusivos para pessoas com deficiências, assegurando que todos, independentemente de apresentarem algum tipo de deficiência, possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços e artefatos.

Na legislação brasileira, o conceito do “Desenho Universal” aparece, pela primeira vez, na Clausula IX do Art. 8º do Decreto Nº 5.296 de 2004 como: “concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade” (BRASIL, 2004).

Entretanto, este conceito ainda está muito relacionado ao campo da engenharia e arquitetura, como podemos notar na leitura do Parágrafo 2º do artigo 10º deste mesmo decreto, que determina que “caberá ao Poder Público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos” (Brasil, 2004).

Precisamos também ultrapassar o entendimento de que o Desenho Universal se destina exclusivamente à concepção e desenvolvimento de espaços e artefatos. Ele se aplica devidamente à ação educacional, quando esta é preparada e exercida levando-se em conta a diversidade existente na escola e o seu valor, na qualificação da educação para todos.

Desenho universal aplicado a educação (DUAE)

Um currículo baseado no Desenho Universal aplicado à Educação - DUAE deve ser planejado desde o início para ser acessível ao maior número possível de alunos. Os educadores que adotam uma mentalidade baseada no DUAE têm como premissa o fato de que seus alunos têm diferentes estilos de aprendizagem, habilidades e interesses e aceitam a responsabilidade de ensinar a todos os seus

alunos, buscando alternativas e estratégias diferenciadas para abordar diferentes necessidades de aprendizado.

Logo, uma abordagem baseada em DUA não é única, nem tampouco visa desenvolver um plano de ensino totalmente individualizado. O objetivo principal é criar um ambiente instrucional flexível que funcione para todos os alunos.

Pode-se relacionar sete princípios fundamentais do DUA (GARGIULO e METCALF 2008; MITCHELL 2014; CARR, 2013):

- Uso equitativo - isto é, capaz de ser usado por alunos com diversos tipos de NEE evitando assim estigmatizar qualquer aluno;
- Simplicidade de uso - isto é, fácil de usar, independentemente do conhecimento ou dos níveis de habilidade, eliminando toda e qualquer complexidade desnecessária e garantindo assim respostas efetivas às necessidades de uso de cada aluno;
- Flexibilidade de uso - isto é, pode ser usado por crianças com vários níveis de competências, permitindo assim que cada aluno utilize da maneira que melhor lhe convier;
- Independência de tamanho e espaço - isto é, seu uso não depende do tamanho ou da capacidade de mobilidade dos estudantes.
- Tolerância ao erro – Ordenando os elementos de forma intuitiva e proporcionando *feedback* para que os erros possam ser evitados ou corrigidos.
- Esforço físico mínimo - isto é, pode ser usado confortavelmente com o mínimo de fadiga e minimizando tarefas repetitivas.
- Comunicação clara - isto é, a informação chave é acessível para diversos canais, utilizando diversas maneiras de representar o conhecimento (pictórica, verbal e tátil) sendo compatível com os diversos tipos técnicas de acesso por alunos com necessidades específicas de NEE (cegos, por exemplo)

Adicionalmente, o DUA deve disponibilizar aos alunos várias formas de aquisição do conhecimento e aprendizado de novas informações e de demonstrar suas habilidades, conhecimento e compreensão, além de prover desafios e

atividades que aumentem a motivação dos alunos para aprender (BURGSTAHLER, 2012).

Quando uma escola inclusiva está decidida a adotar o DUAE, precisa elaborar um modelo de desenvolvimento para criar cenários e com base neles implementar o DUAE. A Comissão Europeia desenvolveu um modelo top-down (de cima para baixo) que define as responsabilidades dos atores com base no conhecimento e na influência de todas as partes interessadas.

Este modelo vem sendo adotado e testado por diversas instituições de ensino europeias, e pode servir de modelo a ser testado e adaptado às condições das escolas brasileiras.

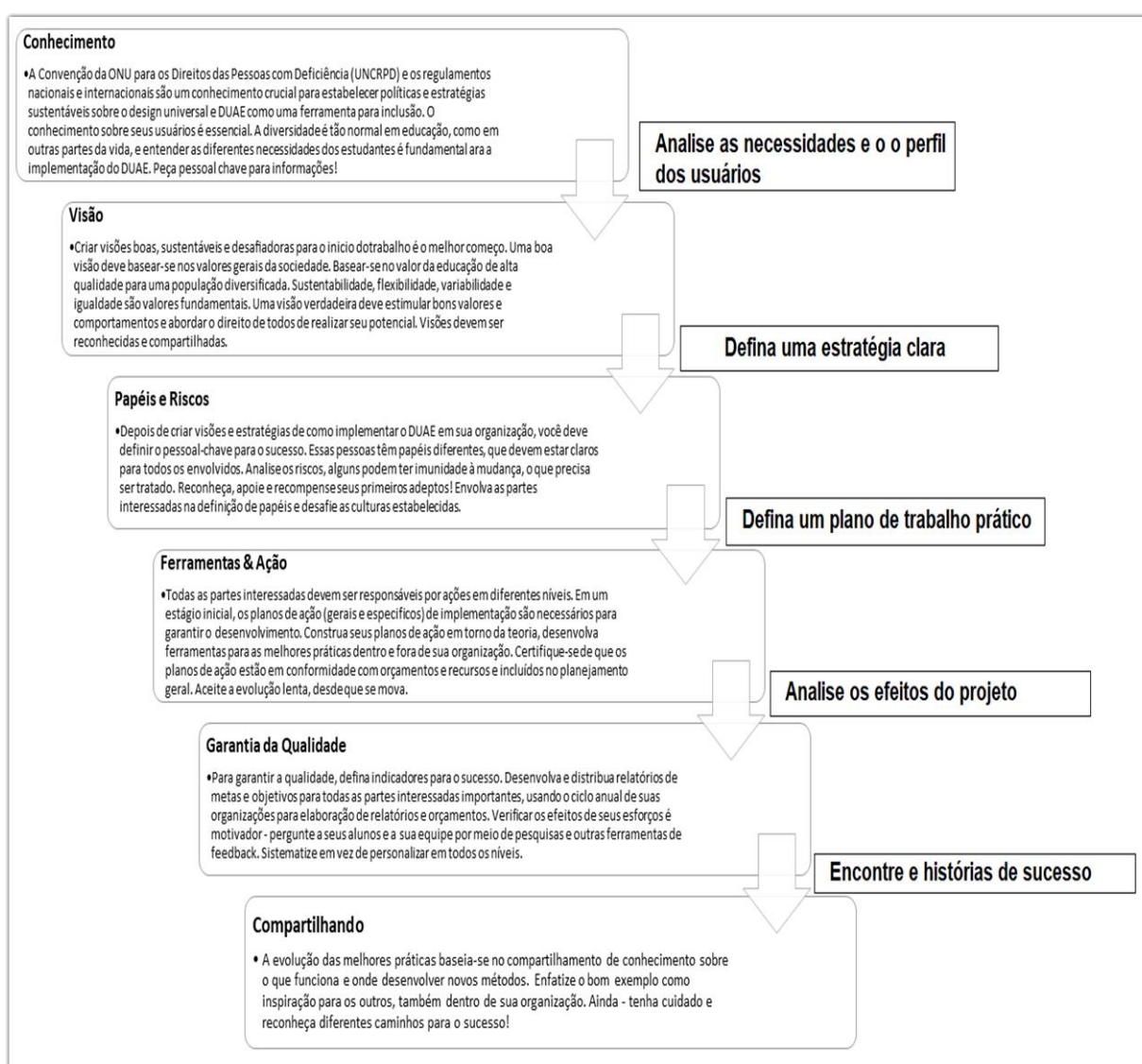


Figura 2 Implementação top-down do DUAE - Uma diretriz rápida para tomadores de decisão- Traduzido e adaptado de (UDLL, 2016, pág. 15)

A educação especial, a educação inclusiva e o desenho universal na educação

Retomando os objetivos propostos, nos importa aqui apontar os relacionamentos existentes entre a Educação Especial, a Educação Inclusiva e o Desenho Universal Aplicado à Educação (DUAE), buscando promover uma síntese entre a filosofia e valores da educação inclusiva com as práticas e procedimentos da educação especial.

Desta forma, a abordagem proposta será de esboço de uma proposta inicial de uma Educação Especial Inclusiva (EEI) que promovam os princípios filosóficos, diretrizes para políticas, procedimentos e estratégias de ensino que possibilitem uma educação efetiva para todas as crianças, independentemente das NEE que apresentem.

Isto se faz necessário porque partimos do pressuposto de que existe um grande distanciamento entre o discurso governamental e gerencial da educação e a realidade na grande maioria das escolas brasileiras no que tange as práticas da educação inclusiva.

Com base nas evidências encontradas na literatura estudada, podemos classificar o nível atual de inserção das práticas inclusivas na imensa maioria das escolas brasileiras como sendo o nível inicial de um processo de 4 níveis:



Figura 2. Expandindo conceitos de inclusão: quatro níveis (adaptado de TOPPING, 2012, pág. 13)

Apesar da dificuldade de compreensão ainda registrada no meio educativo entre os conceitos de educação especial e educação inclusiva, existem diversas leis, normas e diretrizes para a adoção de uma educação inclusiva em diversos estados brasileiros. No entanto, a prática real de educação para crianças com NEE nas escolas regulares varia muito entre as escolas, e, podemos até mesmo questionar se as NEE sejam realmente atendidas para a grande maioria dos alunos, o que mostra que na prática o que tem sido feito é colocar as crianças com NEE em escolas regulares sem, entretanto, nenhuma garantia de que haja uma prática coerente e eficaz de atenção a estas crianças.

Práticas associadas à educação especial inclusiva

Partimos então da premissa básica de que uma política de educação especial inclusiva combina filosofia e valores da educação inclusiva com estratégias e programas de educação especial para desenvolver as competências básicas necessárias para que os jovens egressos possam, levando-se em conta as possibilidades concretas de sua comunidade, serem incluídos de forma satisfatória na vida social de sua comunidade depois de deixar a escola.

A Educação Especial e Inclusiva (EEI) parte do princípio de que as crianças com NEE serão inseridas nas escolas regulares e que estas escolas serão organizadas com todos os recursos necessários para atender, de forma eficaz e efetiva, uma ampla gama de crianças com NEE, usando programas e estratégias baseados nas melhores práticas para apoiar a implementação da educação inclusiva.

Outro princípio da EEI, com o uso dos métodos e técnicas do Desenho Universal, é possibilitar o desenvolvimento de recursos que possam ser utilizados para todos os estudantes, independentemente de terem ou não NEE. Isto visa possibilitar uma utilização destes recursos de forma generalizada, com custo efetivo total mais baixo e, também, desestigmatizar a questão de que determinados recursos servem apenas para deficientes.

A EEI não elimina a necessidade de classes com recursos especiais dentro de escolas regulares, para atender crianças com níveis mais severos de NEE, em atividades que sejam muito difíceis ou complexas de serem realizadas dentro das salas de aula convencionais. Assim, a EEI requer o compromisso básico de se

fornecer a melhor educação possível a todas as crianças com NEE, no ambiente mais apropriado e em todas as séries ou ciclos da educação escolar.

A Educação Especial Inclusiva envolve a implementação de práticas estabelecidas, com retrospecto positivo de sucesso na sua aplicação apoiadas eram sólidas evidências de pesquisas. Uma lista de tais práticas foi apresentada por SALEND e WHITTAKER (2012):

- Promoção da aceitação da diferença e diversidade;
- Desenvolvimento e aplicação de um sistema respostas à intervenção (SRI) que sistematize todas as intervenções junto aos estudantes com base em evidências individuais;
- Uso do design universal que permita planejar um aprendizado para diferenciado em função das evidências do SRI;
- Adoção de uma abordagem com foco na exploração pontos fortes do aluno, e com objetivo no desenvolvimento de competências específicas;
- Desenvolvimento de Planos Individuais de Estudos, concentrados em explorar pontos fortes e na proposição de desafios aos alunos;
- Utilização de ferramentas que permitam gerenciar o comportamento de cada estudante, visando intervenções que reforcem o comportamento positivo;
- Utilização de diferentes estratégias de avaliação para monitorar e manter os alunos informados de seu progresso;
- Utilização de diferentes tecnologias assistivas e instrucionais que facilitem o ensino e o aprendizado;
- Utilização de métodos de aprendizagem mediada pelos pares, como a tutoria entre pares e a aprendizagem cooperativa;
- Capacitação dos alunos para identificar estratégias de aprendizagem mais eficazes, como por exemplo, estratégias metacognitivas (capacidade de controlar o que e como aprendem);
- Utilização de estratégias de intervenções e processos culturalmente e socialmente relevantes na comunidade do estudante;
- Estreitamento dos laços e da cooperação entre educadores e os pais das crianças com NEE.

Na educação especial inclusiva, o principal foco é incluir efetivamente o maior número possível de crianças com NEE nas escolas regulares. Para que este objetivo seja atingido é essencial que os professores das escolas regulares sejam capacitados com sólido conhecimento dos diferentes tipos de NEE, das estratégias de ensino necessárias para ensinar estes alunos de forma eficaz. Porém, para que os professores trabalhem efetivamente em ambientes inclusivos, eles precisam estar devidamente capacitados, adotando os valores, as competências e compreendendo a real importância e dimensão de seu papel e do papel da escola no atendimento dos alunos com NEE (EADSNE 2009).

Além disto, os sistemas de educação e as escolas precisam ter políticas e práticas para abordar os aspectos práticos para os quais as escolas e professores não estão preparados e estarem dispostos a buscar soluções para estes problemas. Os professores que atuam nas escolas regulares também precisam serem capacitados com as habilidades necessárias para trabalhar efetivamente com os pais ou cuidadores de crianças com o NEE e com outros profissionais, como professores especializados e psicólogos educacionais e ainda desenvolverem as habilidades para a prática profissional em educação especial inclusiva, que foram listadas acima.

Devemos apontar, entretanto, que muitos especialistas alegam que, hoje, as escolas não conseguem mesmo nem atender às demandas comuns que lhes são postas pela sociedade e que lidam com salas de aula superlotadas, recursos educacionais escassos, pouca ou nenhuma capacitação de professores, uma constante avaliação que aponta uma baixa qualidade de ensino.

Estes especialistas poderão então, e com razão, questionar como os professores conseguirão dar conta de todas as atividades listadas anteriormente, além daquelas que já fazem tradicionalmente. Está claro que estas preocupações estão nos alertando para o fato de que os professores podem não atender do modo devido aos alunos com NEE e, também, não atender suficientemente aos demais alunos.

Temos ciência das dificuldades que são postas aos educadores das escolas brasileiras. A proposta de uma Educação Especial Inclusiva busca, justamente, eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento das atividades docentes, por meio de estudos e pesquisas que, com base no DUA, possam desenvolver soluções que atendam de modo generalizado, sem necessidade de adaptações ou de atenção especial a NENHUM tipo de aluno.

Com o uso dos princípios do Desenho Universal na Aplicado a Educação - DUA, objetiva-se exatamente, incorporar novas metodologias, tecnologias e processos que facilitem a prática educativa, possibilitando que os alunos tenham autonomia e liberdade de adotarem estes diferenciais educativos de uma forma mais personalizada, sem dependerem tanto dos professores para atingirem seus objetivos de aprendizagem.

Conclusão

O presente artigo apresentou um panorama do estado da arte da Educação Especial, da Educação Inclusiva e do Desenho Universal Aplicado a Educação, discutindo a interação entre eles, para identificar formas de integrar princípios norteadores que favoreçam a construção de diretrizes para uma Educação efetivamente organizada para todos os alunos. Com isto, traçou um esboço, ainda preliminar, de uma proposta que une as práticas mais eficazes destes campos para desenvolver uma proposta metodológica de uma Educação Especial Inclusiva, apontando os princípios fundamentais do DUA e as principais práticas já identificadas que dão sentido a esta proposta, sem, entretanto, descrevê-las com exaustão, conforme o objetivo expresso inicialmente.

Referencias

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acessado em 25 de novembro de 2018.

BURGSTALLER, S. Universal design in education: Principles and applications. University of Washington. 2012. Disponível em http://www.washington.edu/doit/Brochures/Academics/ud_edu.html. Acessado em 23 de novembro de 2018.

CARR, Kelly Et al. Universal Design: A Step toward Successful Aging. Journal of Aging Research. Volume 2013, Article ID 324624, 8 pages. <http://dx.doi.org/10.1155/2013/324624>

EADSNE. Key principles for promoting quality in inclusive education. Odense: European Agency for Development in Special Needs Education (EAESDNE). 2009.

GARGIULO, R. M., & METCALF, D. (Eds.). Teaching in today's inclusive classrooms: A universal design for learning approach. Belmont: Wadsworth. 2008

MANTOAN, M. T. Et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, v. 1. 2010.

MITCHELL, D. What really works in special and inclusive education: Using evidence-based teaching strategies (2nd ed.). London: Routledge. 2014.

SALEND, S., WHITTAKER, C. Inclusive education: Best practices in the United States. In. Boyle & K. Topping (Eds.), What works in inclusion? (pp. 66–80). Maidenhead: Open University Press. 2012.

SOUZA, C. A. et al. Inclusão: história, conceitos e problematizações - Centro de Formação Continuada de Professores da Universidade de Brasília –CFORM/UnB : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – MEC/SEB,.42 p.: il. ISBN 85-230-0831.2015.

TOPPING, Keith. Conceptions of inclusion: widening ideas. In. Boyle & K. Topping (Eds.), What works in inclusion? (pp. 9–19). Maidenhead: Open University Press. 2012.

UDLL. Universal Design for Learning: A Best Practice Guideline. Universell/NTNU. 2016. Disponível em <https://udlleurope.files.wordpress.com/2016/10/bpg-web-version.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2018.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2019

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.